

A renovação do Congresso

Paulo Brossard

Se não mentem as pesquisas, 62 por cento dos eleitores gaúchos pretendem votar em alguém que não seja deputado e apenas 19 por cento mostram-se inclinados a reeleger alguém. Não me supreende a revelação, que me parece natural, e as razões são várias e óbvias. Basta dizer que poucas pessoas podem acompanhar os trabalhos parlamentares, de modo que não há uma visão de conjunto do que se passa nas casas legislativas, sem o que não é possível qualificar a atuação dos parlamentares, bons ou maus. E raras são as pessoas que acompanham os trabalhos parlamentares, porque eles não têm divulgação.

Em outros tempos, os jornais mantinham bom serviço de informação a respeito. Era possível acompanhar, dia a dia, a marcha dos trabalhos legislativos e o debate que eles ensejavam. Os trechos principais dos discursos mais importantes eram publicados, quando não eram publicados na íntegra; alguns jornais estampavam até pareceres; de algum tempo para cá, porém, o noticiário parlamentar foi banido da imprensa; e não se diga que é deste ou daquele jornal; é da imprensa. Os jornais têm página para cinema, esporte, xadrez, moda, sociedade, turfe, futebol, po-

lícia, movimento sindical, e assim por diante; mas nenhuma linha para o Congresso; abrem-se os dez maiores jornais do País e não se sabe se a Câmara e o Senado realizaram sessão no dia anterior! Nenhuma palavra, salvo se houve uma agressão física ou verbal mais pesada, caso em que o incidente terá lugar reservado nas colunas da imprensa. Assim, nada se sabe a respeito do funcionamento regular da instituição, mas se fica sabendo o que de anormal nela tenha acontecido. Decorre daí que a desinformação reina e impera nesse segmento da vida do País. Sobre isso, a divulgação dos dolorosos acontecimentos relacionados com a Comissão de Orçamento, largamente difundidos por todos os meios de divulgação, abriu espaço para a reação indicada pela pesquisa de opinião segundo a qual 62 por cento dos eleitores pretendem votar em alguém que não seja deputado, isto é, propende para uma renovação profunda, na esperança de que seja uma limpeza geral.

Antes de comentar esse dado, que é importante, gostaria de fazer duas observações: a primeira é que, descoberta a infecção, ela passou a ser investigada pelo próprio Congresso, por uma comissão de deputados e senadores, como devia ser feito, e

está apurando os fatos, quaisquer que sejam as pessoas envolvidas; a segunda é que estes representam ínfima minoria em relação à soma dos congressistas.

Feitas estas observações de ordem geral, fixemo-nos nos dados da pesquisa. Comecemos pelo princípio. A renovação das câmaras é natural e necessária. É tão necessário e natural que dispensa justificação. No entanto, a renovação normal é de 33 por cento de um terço das casas. O ofício parlamentar não é profissão, mas, como esta, supõe preparação intelectual e exige aprendizado funcional; e este não se improvisa, aprende-se com o tempo, a observação, os ilustrativos para mostrar que o exercício da atividade política não exclui um lastro cultural desinteressado, a dar maiores dimensões ao horizonte mental do político, a permitir-lhe ver de maneira seletiva às grandes questões do País e da humanidade. Não imagino o resultado de pesquisa que hoje se fizesse no seio do Congresso a respeito; é claro que nele se encontrará quem conheça e bem a Divina Comédia, mas desconfio que o número não seja de monta. Ou estarei enganado?

■ Paulo Brossard é ministro do Supremo Tribunal Federal

**CORREIO
BRAZILENSE** 21 DEZ 1983